



Ministério da Educação e do Desporto
Universidade Federal do Paraná
FACULDADE DE DIREITO

Ata da reunião da Comissão Julgadora da
Monografia (Trabalho Final de Curso) do
Acadêmico(a) **LUIS GUSTAVO**
ANABUKI

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de 2018, às 14:30 horas, nas dependências do Setor de Ciências Jurídicas, reuniu-se a Comissão Julgadora da Monografia apresentada pelo(a) Acadêmico(a) LUIS GUSTAVO ANABUKI, sobre o tema, "APLICAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE NA CRIMINOLOGIA". A Comissão constituída pelos Senhores Professores, ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA (Orientador), (Coorientador), SÉRGIO SAID STAUT JÚNIOR - Direito Privado e TATIANA LAUAND, atribuiu as seguintes notas respectivamente: 10,0, 10,0, 10,0 e _____; perfazendo a média igual a 10,0.

Obs.

Curitiba - PR, 29 de novembro de 2018.

ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA

Orientador

SÉRGIO SAID STAUT JÚNIOR - Direito Privado

1º Membro

Coorientador

TATIANA LAUAND

2º Membro

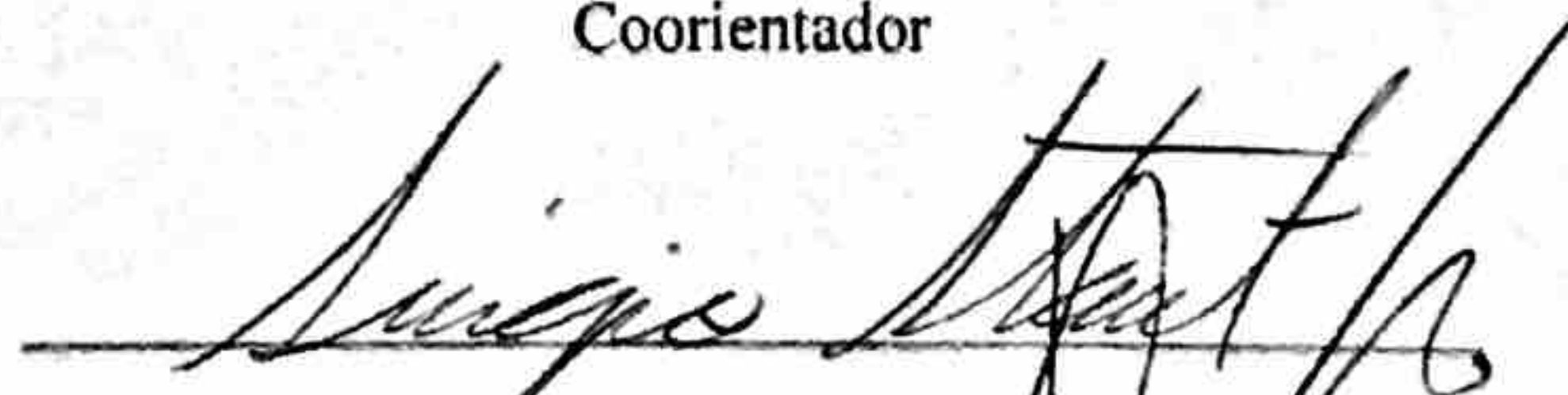
TERMO DE APROVAÇÃO**LUIS GUSTAVO ANABUKI****APLICAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE NA
CRIMINOLOGIA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA
Orientador

Coorientador



SÉRGIO SAID STAUT JÚNIOR, Direito Privado
Primeiro Membro



TATIANA LAUAND
Segundo Membro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

LUÍS GUSTAVO ANABUKI

APLICAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE NA CRIMINOLOGIA

CURITIBA

2018

LUÍS GUSTAVO ANABUKI

APLICAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE NA CRIMINOLOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na modalidade Artigo Científico como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Direito, no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor André Peixoto de Souza.

CURITIBA

2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Aos professores que realmente se importam com a formação dos estudantes.

À minha família, Afonso, Amanda e Pedro, a quem eu devo tudo e que não mediram esforços para que eu alcançasse esta etapa da minha vida. Sem vocês eu não seria nada.

À minha namorada, Júlia, que de longe foi a pessoa que mais me ajudou a realizar este trabalho, tanto pelo apoio moral quanto pelo auxílio nas reflexões.

Aos meus amigos e amigas, Kamila, Maria Tereza, Marina, Lucas, Leonardo, Marcelo, Daiane, Phelippe, Victor, Douglas, Pedro, entre outros tantos que me ajudaram a resistir nos momentos difíceis e sempre tornaram mais leve o ambiente da faculdade.

Aos meus colegas de trabalho, Wisley, Juliana, Vitor e Tiago, que incentivaram variados debates e reflexões relacionados à área criminal.

Ao meu orientador, professor André Peixoto, exemplo de profissional e de pessoa.

A crise abandonada em si mesmo é a morte. A crise positivada pela responsabilidade e pelas energias de construção é a crítica, é a vida. E esta parece ser, exatamente, a nossa tarefa de intelectuais no aqui e agora: compreender o mundo e a crise, compreender a profundidade abissal que esta crise assume, e nos responsabilizarmos pelas extraordinárias potências que emergem desde esta difícil e complexa situação. (Ricardo Timm de Souza)

RESUMO

O crime, via de regra, é evento trágico que gera revolta. Desde a sua ocorrência, ele passa a transcender os envolvidos e começa a atingir toda a coletividade. De outro lado, não se pode ignorar as violências desmedidas perpetradas pelo ente estatal contra os indivíduos, que não raro podem ser condenados mesmo sendo inocentes. Como lidar com isso? Não existem atualmente sequer as ferramentas realmente apropriadas de compreensão desses fenômenos. A minoração das consequências terríveis de tal sistema começa a partir da consciência dos atores envolvidos sobre o próprio papel na trama, no todo. Com efeito, demonstra-se necessária a tomada de consciência e a melhor compreensão de fatos criminosos sempre trágicos e complexos. Para isso, deve o pesquisador dispor de método cognoscitivo apropriado, isto é, de um arcabouço epistemológico que dê conta de apreender o caráter inominavelmente complexo das relações. Ante a constatação da ausência de identidade epistemológica da criminologia, o presente artigo tem como objetivo propor a aplicação da epistemologia da complexidade para compreensão do fenômeno criminal.

Palavras-chave: epistemologia; complexidade; criminologia; sistema; ciência;

ABSTRACT

Crime, as a rule, is a tragic event that causes indignation. Since it's occurrence, it transcends those involved and begins to reach the whole community. On the other hand, we can't ignore the excessive violence perpetrated by the state entity against citizens, who can often be condemned even though they're innocent. How to deal with it? There are currently no truly appropriate tools for understanding these phenomena. The mitigation of the terrible consequences of such a system starts from the awareness of the actors involved about the role itself in the plot, in the whole. In fact, it's necessary to raise awareness and a better understanding of criminal facts that are always tragic and complex. For this, the researcher must have an appropriate cognitive method, that is, of an epistemological framework that gives account of apprehending the unmistakably complex feature of the relations. In view of the lack of epistemological identity of criminology, this article aims to propose the application of the epistemology of complexity to understand the criminal phenomenon.

Keywords: epistemology; complexity; criminology; system; science;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O PROBLEMA DA AUSÊNCIA EPISTEMOLÓGICA NA CRIMINOLOGIA	11
3. EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE APLICADA AO ESTUDO DOS FÊNOMENOS CRIMINAIS	15
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1. INTRODUÇÃO

Marcos Mariano da Silva. Mecânico e motorista. Um homem simples, de nome comum. Em 1976, morava em Cabo de Santo Agostinho, no estado de Pernambuco. Dada noite, foi preso por assassinato ocorrido na cidade onde residia. Condenado, cumpriu 6 anos de pena, até o verdadeiro assassino aparecer, Marcos Mariano Silva. Preso por um homônimo. Em liberdade, três anos depois, o mecânico é parado em uma blitz. Novamente preso. O juiz que o sentenciou no segundo processo não fez questão de analisar a causa anterior. Prendeu-o porque havia violado a liberdade condicional.

Ao total, passou 19 anos no cárcere. Durante uma rebelião, policiais invadiram o presídio e o pernambucano foi atingido por estilhaços de granada, o que veio a lhe causar perda da visão. Aliás, foi acusado de participar de diversas rebeliões. Por essa razão, foi enviado a uma prisão de segurança máxima por mais de seis meses, sem direito a banho de sol. Além de cego, contraiu tuberculose. Perdeu a saúde, emprego e foi abandonado pela primeira mulher. “Esse homem morreu e assistiu sua morte no cárcere”, assinalou o ministro Teori Zavascki.

Em 2011, no mesmo dia em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu o erro do Estado e definiu uma indenização de R\$ 2 milhões para repará-lo, Marcos sofreu um infarto e acabou falecendo. Dessa vez, literalmente.

A história de Marcos representa uma triste realidade do sistema prisional brasileiro. É revoltante. Mas há também o outro lado, como o caso de Isabella, de cinco anos.

Isabella era uma garota normal. Em 29 de março de 2008, estava com o pai e a madrasta na zona norte de São Paulo, capital. A família saiu para fazer compras. Por volta das 23h, retornaram ao Edifício *London*, local onde morava o pai, logo no sexto andar. Na garagem do prédio, às 23h36, a menina ainda estava viva; estirada no gramado, morta, às 23h45.

Trata-se de Isabella Nardoni, um dos casos que mais chocou o país nos últimos tempos. E chocou justamente pelo fato de envolver uma criança tão jovem, que foi morta pelas pessoas que deviam cuidá-la, protegê-la. Uma morte trágica. Foi jogada do sexto andar, após ter sido cruelmente estrangulada. No local, o delegado Calixto Kalil e sua assistente, Renata Pontes, choraram ao ver o corpinho inerte sob a chuva fina.

Podem até não ter sido o pai e a madrasta os autores, em que pese as provas sendo-lhes desfavoráveis. Mas a morte de uma garota tão jovem permanece fato que causa indignação.

A repulsa gerada por casos como o de Isabella e de Marcos incita-nos a refletir o(s) porquê(s). Quem? Como? Quando? Onde? E é aqui que entra a criminologia e as ciências afetas. Compreender o crime, a criminalidade, o criminoso, o sistema criminal, enfim, todo o fenômeno que envolve o fato delituoso.

O presente artigo começou assim, buscando entender o sentido desses eventos singulares, que a partir do momento que ocorrem, passam a transcender os envolvidos e atingem toda a comunidade.

Contudo, desde logo se pôde perceber a grande dificuldade pela qual passa o indivíduo que se propõe tal tarefa. É muito difícil realizar a reconstrução daquele fato histórico, daquele fato delituoso já ocorrido. Encontrar as causas que o ensejaram, quem participou, como, quando e onde ele aconteceu.

Com o mínimo de bom senso, é relativamente fácil perceber que esse fato criminoso é um evento particularmente complexo e que, para entendê-lo, cumpre-nos fazer uso de instrumentos de análise igualmente complexos.

É de equivocada simplicidade concluir que Alexandre Nardoni assassinou a própria filha por força de predisposição biológica (“nasceu criminoso”) ou em razão de condicionamentos sociais que o determinaram (há a hipótese de que sua esposa, madrasta de Isabella, não gostava da menina). Essas linhas de análises, no âmbito da criminologia, não merecem prosperar, dada a simplicidade da abordagem.

Todo o ocorrido envolveu várias camadas de acontecimentos e elementos que se relacionaram no espaço-tempo de maneira complexa, um interagindo com o outro, influenciando-lhe e sendo influenciado, reciprocamente e sucessivamente.

Essa percepção é uma postura inicial para, em primeiro lugar, não recairmos em reducionismos e simplificações totalizantes e, então, em um segundo momento, talvez conseguir uma compreensão melhor do acontecido.

Todo esse processo de apreensão do fenômeno reside no estudo de um conceito fundamental: a epistemologia. Para Marivalde Moacir Francelin (2005, p. 105-106), “*Às epistemologias cabe a consciência desse conjunto de eventos científicos, ao mesmo tempo único e múltiplo. Partindo dessa concepção, as abordagens são transformadas de acordo com os contextos relacionais e com a parcialidade observacional (ideologias, filosofias e culturas).*”

Adolfo Ceretti (2008, p. 16) considera que a epistemologia é

[...] essencialmente, o estudo das diversas ciências, destinado a determinar a sua origem lógica (não psicológica) e sua importância objetiva. Deve, então, distinguir-se a epistemologia da teoria do conhecimento, muito embora ela seja a sua introdução e lhe seja indispensável, pelo fato de que estuda o conhecimento detalhadamente, e, a posteriori, a diversidade das ciências e os objetos, mais que a unidade do intelecto.

Ainda, segundo Hilton Japiassú (1986 apud FRANCELIN, 2005, p. 104), a epistemologia “*preocupa-se com as histórias da ciência e da ‘inteligência’, com a ‘arqueologia’ e as [...] relações da ciência com a sociedade que a produz, interferindo tanto em sua organização interna quanto em suas aplicações.*” Além disso, de acordo com o mesmo autor, pode a epistemologia ser considerada também a reflexão acerca de uma ciência constituída ou em processo de constituição.

Com efeito,

[...] um estudo epistemológico pode visar à discussão de determinados princípios estruturais de uma respectiva disciplina científica. Pode-se dizer que serve para reorganizar ou reencaminhar determinada disciplina ao trajeto científico, ou seja, tenta ‘delimitar’ o campo de estudo dessa disciplina. (FRANCELIN, 2005, p. 104)

Podemos fazer menção ainda à concepção epistemológica de Blanché (1983 apud FRANCELIN, 2005, p. 104), para quem esta não serve para atestar o que é verdadeiro e o que é falso, mas sim objetiva atingir um estado de conveniência, em que se tem o “domínio” epistemológico delimitado, cujos limites permanecem móveis.

Outrossim, possível citar também a epistemologia genética de Jean Piaget, a epistemologia histórica de Gaston Bachelard, a epistemologia “*racionalista crítica*” de Karl Popper, bem como a epistemologia “*arqueológica*” de Michel Foucault (JAPIASSU, 1986 apud FRANCELIN, 2006, p. 105-106).

A definição do termo “*epistemologia*” não é algo unânime na doutrina, como se pode perceber, exatamente por não ser tarefa simples. O significado pode variar de “*ciência sobre a ciência e sobre a inteligência*” para “*reflexão acerca de uma ciência constituída ou em processo de constituição*”, ou entendida com o propósito de “*reorganizar ou reencaminhar determinada disciplina ao trajeto científico*”.

Em apertada síntese, no presente artigo, a epistemologia indicará: estudo sobre as formas, maneiras, métodos de apreensão de dado fenômeno, nomeadamente o fenômeno criminal. Entendimento este que não destoa do entendimento doutrinário acerca do conceito, só o delimita.

A criminologia carece de bases epistemológicas. Ela ainda não possui os instrumentos necessários de compreensão, de forma satisfatória, do crime, do criminoso, da criminalidade, do sistema criminal, eventos sempre complexos. O que se pretende demonstrar aqui é que, para operar a adequada análise desses fatos complexos, devem ser utilizadas ferramentas interpretativas igualmente complexas.

Não é uma proposta nova. Gaston Bachelard já se manifestara a respeito do assunto de igual forma:

Com efeito, desde que o objeto se apresente como um complexo de relações é preciso apreendê-lo por métodos múltiplos. A objetividade não pode se destacar dos caracteres sociais da prova. Não se pode chegar à objetividade senão expondo de uma maneira discursiva e detalhada um método de objetivação. (BACHELARD, 1968, p. 18)

Entendendo melhor tais eventos, quem sabe podemos intervir em casos como os de Isabella, de Marcos, e de tantos outros brasileiros oprimidos por esse sistema brutal - que se verifica principalmente pela violência, tristeza, sofrimento, dor e angústia -, de modo a minorar as terríveis consequências sofridas por todos os envolvidos.

2. O PROBLEMA DA AUSÊNCIA EPISTEMOLÓGICA NA CRIMINOLOGIA

Embora o problema da complexidade das relações esteja sob evidência há um bom tempo no pensamento dos autores contemporâneos, poucos são os que a tratam de maneira expressa. Inclusive, nas palavras de Edgar Morin (2000, p. 46), “*A bibliografia sobre a complexidade é, pelo menos até onde eu conheço, muito restrita*”.

Se é assim com a própria complexidade, ainda mais restrita é a bibliografia que analisa a criminologia sob o ponto de vista daquela.

Atualmente, quem lida com o tema de forma proeminente e qualificada é Salo de Carvalho, na obra “*Antimanual de Criminologia*”. Importante destacar qual foi a diretriz seguida por Salo: “[O] *Antimanual por um lado trilha este caminho: realizando crítica epistemológica aos fundamentos das ciências criminais e, por outro ensaia novos conceitos, propõe outros campos de investigação, tensiona alguns lugares comuns que caracterizam o estado da arte criminológica*”. (CARVALHO, 2015, p. 19-20, grifo nosso)

Salo reconhece a complexidade das relações contemporâneas, pautando sua investigação em reflexões que a levam em consideração:

[...] considero ser característica do Antimanual a incompletude, ou seja, trata-se de trabalho em constante *vir-a-ser*, sempre passível de reformulação, motivo pelo qual realizo esforço de distanciar o livro de qualquer proposição de verdade absoluta. Reflexões plurais e críticas submersas na **complexidade** do contemporâneo são as marcas que desejo que sejam os principais atributos desta investigação. (CARVALHO, 2015, p. 22-23, grifo nosso)

Opera-se grande crítica contra os fundamentos da criminologia, uma vez que sempre presente a impossibilidade de interpretação unívoca a respeito das violências, dos crimes, dos desvios e das transgressões. O caráter inominavelmente complexo desses fenômenos impede a postulação de consensos acadêmicos e (meta)narrativas totalizantes (CARVALHO, 2015, p. 23).

Em oposição à simplificação operada nos manuais tradicionais, o Antimanual de Criminologia “*assume a complexidade das relações sociais na atualidade e a aporia dos problemas, das questões sem saída que a nervura da vida impõe de forma radical.*” (CARVALHO, 2015, p. 30).

Quanto à simplificação, há manuais que, de fato, operam visão demasiadamente redutora. A propósito:

O ramo da filosofia que se ocupa dos problemas que se relacionam com o conhecimento humano, refletindo sobre a sua natureza e validade é a epistemologia (filosofia do conhecimento ou teoria do conhecimento). A criminologia é uma ciência, pois satisfaz os requisitos desta filosofia, isto é, tem objeto específico (o homem criminoso e a criminalidade), usa método próprio (o indutivo - que é aquele que parte de fatores internos/particulares {endógeno} até chegar aos fatores externos {exógenos}) valendo-se inclusive de várias ciências humanas e sociais para chegar às conclusões particulares sobre as razões de ser da personalidade do criminoso e das circunstâncias do crime. (JÚNIOR, 2001, p. 21)

Com efeito, Salo (2015, p. 30) toma como premissa que problemas complexos não podem ser tratados de outra forma senão complexamente. Afirma, ainda, que a pasteurização realizada pelos manuais, ao invés de auxiliar a compreensão dos principais fenômenos sociais contemporâneos, principalmente das violências e do papel da ciência criminal frente a esta realidade, potencializa a crise, porquanto faz o pesquisador acreditar encontrar as soluções pelos caminhos mais fáceis e didáticos.

Sobre o assunto, arremata que “*A complexidade dos fenômenos vinculados à pesquisa criminológica atual produz profunda aporia nos modelos teóricos herméticos que intentam limitar fronteiras, reduzir horizontes e domar perspectivas transdisciplinares*” (CARVALHO, 2015, p. 97).

Acerca do mesmo tema, Gauer (2003 apud CARVALHO, 2015, p. 314) manifesta-se no mesmo sentido, ao afirmar que “[...] *toda e qualquer forma de crime pode ser considerado um fenômeno complexo, e portanto, impossível de ser explicado sob o olhar de uma só ciência*”.

É possível reconhecer, ademais, que a unidade do pensamento criminológico nunca existiu, uma vez que, devido à complexidade inerente ao fenômeno, surgiram muitas correntes de pesquisa para tentar explicar o crime, a criminalidade, o criminoso, a vítima, os processos de criminalização e as violências institucionais. Para Salo (2015, p. 40-41), essa premissa permite, inclusive,

[...] sustentar a **fragilidade epistemológica de qualquer discurso criminológico que se pretenda científico, visto não ser factível a visualização dos pressupostos mínimos que possam auferir esta qualificação - v.g. unidade e coerência metodológica, definição de objeto, delimitação de horizontes de pesquisa, direcionamento teleológico das investigações.** (grifo nosso)

A criminologia não logrou êxito em delimitar objeto de investigação. Precisamente em virtude de fragmentação interna e recepção de inúmeros discursos com matrizes epistemológicas distintas, como a antropologia, sociologia, psicologia, psiquiatria, psicanálise, o que culminou na diversidade de objetos e técnicas de pesquisa (CARVALHO, 2015, p. 47). Sendo que, segundo Salo (2015, p. 98), essa ausência de definição do objeto de investigação é o que representa a *verdadeira* crise da criminologia: a **ausência de identidade epistemológica**.

A problemática torna-se tão profunda que leva o autor a desacreditar totalmente na possibilidade de uma criminologia com lastro epistemológico (2015, p. 330): “*O argumento que se sustenta conduz, inexoravelmente, ao abandono de qualquer projeto epistemológico, com a radical assunção desta carência, deste limite, desta falta.*”. (grifo nosso)

Isso, tendo em conta a própria impossibilidade de compreensão do agir humano através de esquemas lógico-rationais, refletida pela necessidade de compreensão bio-psico-social-antropológica e jurídica do delito (CARVALHO, 2015, p. 99). Quanto às causas do comportamento reprovável, ele afirma que ou elas são *inúmeras* ou são *inapreensíveis* pelo conhecimento humano (CARVALHO, 2015, p. 99). Declara, além disso, que

[...] **é impossível apreender as causas e as origens da delinquência**, pois inúmeros os fatores, as variáveis e os acasos que atuam nas e sobre as diversas pessoas que cometem os mais diferentes atos em circunstâncias absolutamente distintas de tempo, local e forma de agir - fatores que tornam inconsistente qualquer

individação -, inapropriado propor fins específicos e universais aos mecanismos de pedagogia e da moral punitiva. (CARVALHO, 2015, p. 122, grifo nosso)

Por esses aspectos, chega o autor à conclusão derradeira de que, já que se apresenta como intransponível entrave a impossibilidade de ostentar estatuto científico próprio, a criminologia carece de *status* epistemológico e, por isso, tampouco pode ser considerada ciência. (CARVALHO, 2015, p. 122).

A crítica epistemológica, notadamente contra as bases da criminologia crítica, é operada igualmente por Engênio Raul Zaffaroni, a partir do livro do professor neozelandês Wayne Morrison. Zaffaroni propõe reestruturação epistemológica, tendo em vista a contribuição das ciências sociais “*sobre o debate entre os penalistas da Europa e da América Latina sobre o inimigo no direito penal.*” (BATISTA, 2009, p. 35). Sendo que,

A partir da compreensão cabal da vitória, a nível global, do liberalismo desencantado, da modernidade “democrática”, Zaffaroni e Morrison colocam em questão a FULPLQRORJLDJOREDO não pode deixar de discutir o genocídio: do não civilizado ameaçador de Hobbes à coerção sobre o incivilizado ameaçador de Kant. (BATISTA, 2009, p. 35-36, grifo nosso)

A principal tese de Morrison é o estudo do genocídio “*e como foi ele totalmente desconsiderado pelos saberes criminológicos tradicionais.*” (SOARES, 2017, p. 203). Desde esta constatação, “*Morrison propõe a necessidade de uma Criminologia Global, uma Criminologia própria de um mundo globalizado.*” (SOARES, 2017, p. 203).

Para Marina Quezado Soares (2017, p. 206), essa criminologia global “*acena com uma interessante possibilidade de, realmente, permitir o rompimento dos limites epistemológicos da Criminologia Crítica, de despertá-la da inércia e de sua cristalização [...].*”.

O importante é o destaque para a falibilidade de certos discursos da criminologia crítica, que até mesmo motivou a reestruturação epistemológica realizada por Zaffaroni e Morrison, vez que padecem precisamente pela colonização da sociologia, por não ter rompido com a institucionalização do saber, por realizar a romantização do criminoso e por reproduzir igualmente perspectivas causal-deterministas - não individuais como o modelo etiológico (microcriminologia), mas estruturais como os econômicos. (CARVALHO, 2015, p.42).

Aderimos em particular à percepção de Salo de Carvalho quanto à ausência de identidade epistemológica da criminologia. Contudo, discordamos do abandono de qualquer projeto epistemológico.

Salo aborda a problemática de forma brilhante. Ele acredita, pois, que lastrear epistemologicamente as ciências criminológicas é tarefa impossível, seja em razão da

incapacidade de delimitação do objeto e das técnicas de investigação, seja pela inviabilidade de ostentar estatuto científico próprio de uma forma geral.

O que buscamos propor, principalmente com base em meditações de Edgar Morin e Gaston Bachelard, é a aplicação da epistemologia da complexidade na criminologia. Pode ser que, de fato, a criminologia ainda não passe a ser caracterizada como ciência - no que condiz aos padrões tradicionais -, isto é, unidade, coerência, delimitação do objeto e técnicas de investigação, etc. Entretanto, a epistemologia da complexidade dá um passo a mais. Ela surge com o intento de contestar esse paradigma científico anterior, que preza exatamente por esses padrões científicos defasados. Entramos na contramão desses dogmas, com o objetivo de nos alinharmos, tanto quanto o possível, ao *Novo Espírito Científico*.

3. EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE APLICADA AO ESTUDO DOS FÊNOMENOS CRIMINAIS

Em primeiro lugar, cabe o destaque da completa impraticabilidade de se apresentar toda a epistemologia da complexidade no presente artigo, tanto pela brevidade do trabalho, como pelo fato de que, assim como assinalado por Morin (2005, p. 45): “*A questão sobre a complexidade é complexa!*”. Pretendemos, contudo, tentar lançar-lhe as bases, **demonstrar a possibilidade de aplicação** – não operar a completa aplicação, frize-se.

Salo de Carvalho desenvolve excelentes trabalhos tendo em conta a complexidade. Ainda, face à ausência de identidade epistemológica, propõe linhas de investigação transdisciplinares valendo-se, por exemplo, da psicanálise, da literatura libertina, dos pensamentos de Nietzsche, entre outros. Não obstante, entendemos que essa postura pode ser incrementada pela utilização de algumas premissas e princípios, pelos quais a análise de dado objeto de investigação pode melhor se orientar.

Não se advoga aqui pela recepção de um método fechado de pesquisa, uma via de mão única, sistêmica, totalizante. Sugere-se, pois, a epistemologia da complexidade, que “*não é uma via de mão única*” (FRANCELIN, 2005), “[...] *ela contém em si a impossibilidade de unificar, a impossibilidade de acabamento, uma parte de incerteza, uma parte de indecisibilidade e o reconhecimento do tête-à-tête final com o indizível.*” (MORIN, 1996a, p.98)

Em uma primeira definição, pode-se dizer que é complexo o que não se traduz em uma palavra-chave, o que não pode ser reduzido a uma lei ou ideia simples. O complexo não pode

ser resumido à palavra complexidade, a uma lei da complexidade ou à ideia de complexidade (MORIN, 2005, p. 5-6). Com efeito, a ambição do pensamento complexo é operar as articulações entre os campos disciplinares que são desmembrados pelo pensamento disjuntivo. Ele aspira ao conhecimento multidimensional, sabendo, todavia, que o conhecimento completo é impossível (MORIN, 2005, p. 6-7). É possível dizer que tal pensamento é animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento (MORIN, 2005, p. 7).

Unificar os horizontes de investigação sob a epistemologia da complexidade não significa de nenhum modo reduzir ou simplificar os métodos de apreensão de determinado objeto. Ela preza exatamente pelo oposto: não se fechar em um sistema totalizante e inflexível. Desde logo se pode notar, portanto, a possível aplicação de tal referência epistêmica à criminologia, posto que este ramo de estudos carece pontualmente de um método flexível e aberto.

Morin reúne em sua epistemologia complexa as epistemologias bachelardiana e piagetiana (FRANCELIN, 2005). Piaget trata a epistemologia como “[...] *a biologia do conhecimento, a articulação entre lógica e psicologia, o sujeito epistêmico.*” (MORIN, 1999, p. 31). Já Gaston Bachelard preocupa-se em abordar o *Novo Espírito Científico*. Ele propõe novas visões sobre paradigmas consolidados. Para a geometria euclidiana, por exemplo, opõe a noção de geometria não-euclidiana. Entende, entretanto, que deve se ocupar o pesquisador não por negar totalmente o paradigma consolidado, mas complementá-lo no que for possível.

Sobre o tema, Bachelard ilustra nos seguintes termos:

A geometria não-euclidiana não é feita para contradizer a geometria euclidiana. Ela é antes uma espécie de fator adjunto que permite a totalização, o acabamento do pensamento geométrico, a absorção numa pangeometria. [...] **Será o mesmo para todas as formas novas do pensamento científico**, que vêm depois projetar uma luz recorrente sobre as obscuridades dos conhecimentos incompletos. Durante toda a nossa investigação, encontraremos os mesmos caracteres de extensão, inferência, indução, generalização, complemento, síntese, totalidade. (BACHELARD, 1968, p. 16, grifo nosso, *sic*)

Ele sugere, portanto, uma pedagogia da ambiguidade para dar ao espírito científico certa flexibilidade, necessária à compreensão de novas doutrinas (BACHELARD, 1968, p. 21). Além do mais, entende pela mobilidade dos métodos de pesquisa. Inclusive, menciona que “*Um dos químicos contemporâneos que desenvolveu os métodos científicos mais minuciosos e mais sistemáticos, Urbain, não hesitou em negar a perenidade dos melhores*

métodos. Para êle, não há método de pesquisa que não acabe por perder sua fecundidade inicial.” (BACHELARD, 1968, p. 121-122, *sic*).

Quanto à complexidade, Bachelard entende que

Na realidade, não há fenômenos simples; o fenômeno é um **tecido de relações**. Não há *natureza* simples, nem substância simples; a substância é uma textura de atributos. Não há idéia simples, porque uma idéia simples, como bem viu Dupréel, deve ser inserida, para ser compreendida, num **sistema complexo de pensamentos e experiências**. (BACHELARD, 1968, p. 130, grifo nosso, *sic*)

E esse entendimento é precisamente o ponto de vista que Morin recepciona. Veja-se:

O que é a complexidade? A um primeiro olhar, a complexidade é um **tecido** (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então a complexidade se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextrincável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza... (MORIN, 2005, p. 13, grifo nosso)

Possível afirmar, dessa forma, que a complexidade, em consonância com tais autores que sobre ela se debruçaram, é o tecido de relações que envolve certo fenômeno, constituído este por elementos homogêneos e heterogêneos, que interagem, retroagem e determinam um ao outro, sem deixar de levar em conta os acasos, os acontecimentos aleatórios que também influenciam no fenômeno e representam a desordem, o caos, a ambiguidade, a incerteza.

Uma das principais virtudes da complexidade, segundo Morin, é a de denunciar a metafísica da ordem (MORIN, 2005, p. 104). Não é demais reputar como grande virtude da complexidade não (só) a oposição à metafísica da ordem, mas o contraponto feito em face de todo o paradigma simplificador, de ordem epistemológica cartesiana.

Em verdade, o paradigma simplificador tem origem em Descartes. Em poucas palavras, Bachelard consegue exprimir de forma excepcional do que se trata tal paradigma:

Não somente Descartes crê na existência de elementos absolutos no mundo objetivo, mas ainda pensa que êstes elementos absolutos são conhecidos em sua **totalidade e diretamente**. É em seu nível que a evidência é mais clara. A evidência aí é completa precisamente porque os elementos simples são **indivisíveis**. Vemo-los **completos** porque os vemos **separados**. Assim como a idéia clara e distinta é totalmente depreendida da dúvida, a *natureza* do objeto simples é **totalmente separada das relações com outros objetos**. Nada de mais anticartesiano do que a lenta modificação espiritual que impõem as aproximações sucessivas da experiência, sobretudo quando as aproximações mais prolongadas revelam riquezas orgânicas desconhecidas pela informação primeira. (BACHELARD, 1968, p. 126, grifo nosso, *sic*)

Vivemos sob o império dos princípios da disjunção, da redução e da abstração (MORIN, 2005, p. 11). O paradigma da simplificação funda-se sobre esses princípios, bem como sobre os pilares da “*Ordem-Mestra*” e da “*Razão-Absoluta*” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 199). Contra essas premissas, novamente nas palavras de Bachelard:

Que se ponha então uma vez mais em face desta epistemologia cartesiana o ideal de **complexidade da ciência contemporânea**; que se lembrem as múltiplas reações do nôvo espírito científico contra o pensamento assintático! A ciência contemporânea se funda sobre uma síntese primeira; **realiza em sua base o complexo geometria-mecânica-eletricidade**; expõe-se no espaço-tempo; multiplica seus corpos de postulados; **coloca a clareza na combinação epistemológica, não na meditação separada dos objetos combinados**. Noutras palavras, ela **substitui à clareza em si uma espécie de clareza operatória**. **Longe de ser o ser a ilustrar a relação, é a relação que ilumina o ser**. (BACHELARD, 1968, p. 127, grifo nosso, *sic*)

Ora, não se trata de uma condenação das teses da física cartesiana, mas antes uma condenação sobre a doutrina das naturezas simples e absolutas (BACHELARD, 1968, p. 125). Com efeito, é possível elencar alguns *princípios* do paradigma da simplificação, para, em seguida, poder resgatar de maneira correspondente, complementar e antagonista ao mesmo tempo, os princípios da inteligibilidade complexa (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 48).

3.1 “*Não há ciência senão no geral.*” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 48). Princípio que oportuniza a expulsão do local e do singular. Nessa linha de pensamento, é tão somente no âmbito do universal que se encontra a *verdade*. O singular, as idiossincrasias, insuscetíveis de generalização, são despejados como resíduos elimináveis.

Diante disso, muito razoável a ponderação feita por Morin de que “o problema consiste em combinar o reconhecimento do singular e do local com a explicação universal.” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 49). Reconhecer a parte no todo, bem como o todo na parte. Há três séculos atrás, Pascal disse: “*Todas as coisas são ajudadas e ajudantes, todas as coisas são mediatas e imediatas, e todas estão ligadas entre si por um laço que conecta umas às outras*”. Dessa forma, afirmava Pascal: “*considero impossível conhecer o todo sem conhecer as partes*”.

Por exemplo, cada célula do nosso corpo é uma parte que constitui o todo de nosso organismo, e cada célula contém a totalidade do patrimônio genético do conjunto do corpo, o que revela que o todo também está na parte (MORIN, 1996b, p. 275). Da mesma forma, cada indivíduo na sociedade é uma parte de um todo, que é a sociedade, mas esta intervém, desde o

nascimento, com sua linguagem, suas normas, suas proibições, sua cultura, seu saber; outra vez, o todo está na parte (MORIN, 1996b, p. 275).

Não poderia ser diferente para o indivíduo inserido na criminalidade. Grosso modo, pode-se dizer que ele faz parte de uma comunidade na qual práticas criminosas são reiteradas - muitas vezes incentivadas-, e que também possui sua própria linguagem, suas normas, suas proibições, sua cultura e seu saber. Ao mesmo tempo em que ele faz parte dessa comunidade, esta o compõe.

3.2 O segundo princípio “[...] era o de não levar em consideração o tempo como processo irreversível” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 49). Ao passo que o pensamento simplificador compreende o tempo enquanto um tempo único - isso quando não o elimina totalmente -, o pensamento complexo confronta o tempo e o problema da politemporalidade, em que se verificam conectados: a repetição, o progresso e a decadência (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 50).

Nessa perspectiva, o que se critica é a visão simplificadora sobre o tempo. A crença de se poder reconstruir um fato histórico. A ideia de que a história é formada por uma linha evolutiva necessária, e que ela é representada pelos fatos históricos mais relevantes, encadeados de forma lógica.

Propõe-se outra forma de se enxergar o tempo, através da inteligibilidade complexa, considerando-o nos seus caracteres capitais: politemporalidade e irreversibilidade. A analogia, feita por Walter Benjamin, cumpre com estes requisitos. Trata-se de maneira brilhante de se observar a complexidade do tempo:

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter este aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de factos que aperece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhes lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já as não consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval. (BENJAMIN, 2010, p. 13-14)

Essa analogia retrata de forma operatória a noção de tempo, em devido respeito aos preceitos da complexidade. Nas obras de Morin, nada foi postulado nesse sentido específico. A perspectiva temporal não é tratada de maneira tão evidente quanto a percepção espacial.

Com efeito, no nosso entendimento, as duas dimensões devem ser reunidas para que haja melhor entendimento da dinâmica do Real.

Dinâmica essa complexa, que no eixo temporal/histórico é orientada pelo vendaval que nos arrasta irremediavelmente ao futuro, enquanto uma avalanche de ruínas (acontecimentos) acumulam-se sem fim e formam atrás de nós uma parede de extensão infinita. Enquanto na dimensão espacial, possível conceber tal dinâmica através dos conceitos e princípios da epistemologia da complexidade.

Os elementos que compõem o real deixam de ser entendidos como objetos, fechados, incomunicáveis, e passam a representar sistemas, abertos, em constante comunicação, constituídos e constituintes de outros sistemas, dinâmicos e, sobretudo, em dialética intrínseca com a temporalidade de todos os acontecimentos.

O correto entendimento dessa premissa permite, inclusive, aplicar crítica categórica ao Processo Penal. Notadamente orientado à reconstrução de um fato histórico, o Processo Penal parte do pressuposto de que possui os instrumentos necessários para atingir retroativamente a verdade de um evento já ocorrido. Essa visão processual guarda correlação com o pensamento simplificador que desconsidera a irreversibilidade do tempo. Acreditando poder atingir a verdade real de um fato histórico, passa a buscá-la a qualquer custo, mesmo que ocasionalmente em detrimento das garantias e liberdades individuais daqueles que estão submetidos ao seu crivo.

3.3 O *terceiro princípio* diz respeito à noção simplificadora de que *o conhecimento dos sistemas pode ser reduzido ao conhecimento das partes simples ou unidades elementares que o constituem* (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 51). Nesse tocante, apresenta-se o problema da sistematicidade.

Para uma abordagem inicial, Morin sugere o seguinte exemplo:

[...] existe uma visão estática que consiste em considerar nós mesmos como organismos. Nós somos constituídos de 30 ou 50 bilhões de células. Mas, na verdade – e creio que foi Atlan quem fez essa observação –, nós não somos constituídos de células, somos constituídos de interações de células. **Não são tijolos uns ao lado dos outros e sim interações.** E essas interações são acontecimentos (fatos) eles próprios ligados por acontecimentos repetitivos que são martelados pelo movimento do nosso coração [...]. (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 51, grifo nosso)

Ou seja, indica-se que a apreensão de dado sistema deve incidir sobre as interações entre os elementos que o constituem. É no nível das interações que se pode obter melhor compreensão sobre o sistema. Efetivamente, Morin sustenta ainda que não devemos

considerar objetos, mas sim sistemas, porquanto o sistema pode ser encarado como parte de um polissistema e como se estivesse rodeado por um ecossistema (MORIN, 1996b, p. 279). O conceito de objeto é insustentável desde o momento em que se passa a notar que *“Todas as coisas são ajudadas e ajudantes, todas as coisas são mediatas e imediatas, e todas estão ligadas entre si por um laço que conecta umas às outras”* (Pascal).

Sobre o tema, Morin afirma que: *“Isso nos sugere que seria necessário generalizar essa ideia e substituir a ideia de objeto, que é fechada, monótona, uniforme, pela noção de sistema. Todos os objetos que conhecemos são sistemas, ou seja, estão dotados de algum tipo de organização.”* (MORIN, 1996b, p. 278, grifo nosso)

Se absolutamente tudo está conectado, não há como amparar qualquer noção sobre sistemas fechados. De fato, não há objetos, mas sim sistemas. E esses sistemas são sistemas abertos, isto é, estão inerentemente conectados a outros sistemas, e assim sucessivamente, de forma indeterminada.

Com efeito, duas consequências fundamentais derivam da ideia de sistema aberto:

[...] a primeira é que as leis de organização da vida não são de equilíbrio, mas de desequilíbrio, recuperado ou compensado, de dinamismo estabilizado. Em nosso trabalho vamos beber na fonte destas idéias. A segunda consequência, talvez ainda maior, é que a inteligibilidade do sistema deve ser encontrada, não apenas no próprio sistema, mas também na sua relação com o meio ambiente, e que esta relação não é uma simples dependência, ela é constitutiva do sistema. [...] *A realidade está, desde então, tanto no elo quanto na distinção entre o sistema aberto e seu meio ambiente.* (MORIN, 2005, p. 22, grifo nosso, sic)

O valor do conceito de sistema aberto tem natureza paradigmática. *“Como o observa Maruyama, conceber todo objeto e entidade como fechado implica uma visão de mundo classificadora, analítica, reducionista, numa causalidade unilinear. [...] Trata-se de fato de operar uma reversão epistemológica a partir da noção de sistema aberto”.* (MORIN, 2005, p. 23).

3.4 O quarto princípio simplificador é a crença de que o universo segue estritamente leis deterministas, uma Ordem-mestra, e tudo aquilo que parece desordem é apenas uma aparência devida unicamente à insuficiência do nosso conhecimento (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 52). A inteligibilidade complexa deve detectar, ao mesmo tempo, a ordem (as leis e determinação) e a desordem, e reconhecer as relações entre ordem e desordem (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 52). Aliás, a ordem e a desordem têm uma relação de complexidade e de complementaridade (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 52).

Também para Bachelard (1968, p. 132) essa concepção de Ordem-mestra é fruto do pensamento científico clássico, que passou muito tempo avaliando o complexo como *perturbado*. Morin (2005, p. 12) chega a afirmar que “[...] *o ideal do conhecimento científico clássico era descobrir, atrás da complexidade aparente dos fenômenos, uma Ordem perfeita legiferando uma máquina perpétua (o cosmos).*”.

Para um ponto de vista complexo, Morin propõe (2000, p. 53) um tetragrama indispensável para se analisar essa relação: ordem-desordem-interações-organização. O autor explica:

Infelizmente - ou felizmente - o universo inteiro é um coquetel de **ordem**, **desordem** e **organização**. Estamos num universo do qual não se pode eliminar o acaso, o incerto, a desordem. Nós devemos viver e lidar com a desordem. A ordem? É tudo o que é repetição, constância, invariância, tudo o que pode ser posto sob a égide de uma relação altamente provável, enquadrado sob a dependência de uma lei. A desordem? É tudo o que é irregularidade, desvios com relação a uma estrutura dada, acaso, imprevisibilidade. (MORIN, 2005, p. 89)

A ordem tem necessidade de se autoproduzir através da organização. Não há ordem se não há organização. E essa ordem tolera uma parcela importante de desordem, ou até mesmo pode colaborar com a desordem, como Von Neumann bem observara na sua teoria dos autômatas auto-reprodutores (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 54).

Verificam-se muito claramente essas assertivas quando aplicadas ao universo jurídico. O Direito é organizado e orientado a manter a ordem, a segurança, a certeza. Enquanto os crimes são a própria manifestação da desordem, face ao ordenamento jurídico que expressamente os proíbe. O comportamento criminoso atenta contra o Direito, isto é, contra a ordem. Não é só de desordem, contudo, que vive o fenômeno criminal. No seu interior há também ordem, leis, certezas. A própria criminalidade, portanto, é mundo à parte.

Grosso modo, nossa sociedade, invariavelmente complexa, tem ordem (Direito), que é organizada, e tem também desordem (crimes). É pressuposto que num sistema complexo como o é o sistema social, haverá ordem-desordem-interações-organização. Nessa perspectiva, os comportamentos delituosos são elementos presumidos num sistema social ordenado, da mesma forma que a desordem é presumida num sistema complexo qualquer.

3.5 No pensamento simplificador a causalidade é simples, linear, exterior aos objetos, é superiora (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 54). Contra essa visão, opõe-se a retroação cibernética ou *feedback* negativo, em que o efeito retroage sobre a causa, e assim consecutivamente (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 54). “*O interessante é ver a espiral, o*

anel de reforço de causas endógenas e causas exógenas, que faz com que, num dado momento, o fenômeno se desenvolva numa tal direção mais do que numa outra, ocorrendo, desde o início, virtualidades de desenvolvimento múltiplas.” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 54).

Na sociedade, por exemplo, o indivíduo é causa e efeito daquela. Ao mesmo tempo em que é produto do meio social, também o produz. Essa teoria é muito bem explicitada na psicanálise por Jacques Lacan, em sua teoria da gênese do eu:

A imagem ideal é o modo de entrada em uma trama sociossimbólica. A imagem do irmão, do pai, da mãe são partes de um drama, contração de toda uma história normalmente ligada à estrutura familiar. Ou seja, seu valor vem de ela articular-se a um núcleo social no qual o sujeito procura se inserir. Dessa forma, a imagem aparece como dispositivo fundamental de socioalização e individuação. [...]
A teoria da gênese do eu através da imagem do corpo é, no fundo, a descrição do Eu como lugar privilegiado de alienação. Lacan quer mostrar como a formação do Eu só se daria por identificações: processos através dos quais o bebê introjeta uma imagem que vem de fora e que é oferecida por um Outro. Assim, para orientar-se no pensar e agir, para aprender a desejar, para ter um lugar na estrutura familiar, o bebê inicialmente precisa raciocinar por analogia, imitar uma imagem na posição de tipo ideal, adotando, assim, a perspectiva de um outro. [...] o que levava Lacan a afirmar que ‘nada separa o eu de suas formas ideais’ absorvidas no meio da vida social. O que nos lembra que não há nada de próprio na imagem do si. (SAFATLE, 2017, p. 33-34, grifo nosso)

Esse trecho de pensamentos de Lacan, introduzido por Safatle, confirma a noção de ação e retroação, nomeadamente no que diz respeito a retroação da sociedade sobre o indivíduo e a implicação da ação individual sobre o meio social em que vive. Expõe também como as práticas criminosas podem ser introjetadas no indivíduo e como este pode perpetuá-las.

Sobre essa questão, a concepção de Morin parece estar em perfeito alinhamento com a de Lacan, especialmente quando afirma que: “*Desde a infância, a sociedade, enquanto todo, entra em nós, inicialmente, através das primeiras interdições e das primeiras injunções familiares: de higiene, de sujeira, de polidez e depois as injunções da escola, da língua, da cultura.*” (MORIN, 2005, p. 75).

Grandes reflexões surgem a partir daí. A título de exemplo, existe grande entrave para o indivíduo que se dispõe a pesquisar sobre elementos de ordem social, dado que já está inserido na sociedade e, desse modo, encontra-se contaminado por uma cultura particular. Esse fato por si só já torna enviesada a sua análise.

Essa é exatamente a preocupação de Morin (2005, p. 75) acerca do papel do sociólogo:

Daí o problema do sociólogo que reflete um pouco sobre seu estatuto. Ele precisa abandonar o ponto de vista divino, o ponto de vista de uma espécie de trono superior de onde contempla a sociedade. O sociólogo é uma parte desta sociedade. O fato de ser detentor de uma cultura sociológica não o coloca no centro da sociedade. Ao contrário, ele faz parte de uma cultura periférica na universidade e nas ciências. O sociólogo é tributário de uma cultura particular. Não só ele é uma parte da sociedade como, além disso, sem o saber, ele é possuído por toda a sociedade que tende a deformar sua visão. Como sair disso? Evidentemente, o sociólogo pode tentar confrontar seu ponto de vista com o de outros membros da sociedade, conhecer sociedades de um tipo diferente, imaginar talvez sociedades viáveis que ainda não existam.

Não se depara o criminólogo com tarefa mais fácil. Ele também está submetido aos mesmos problemas, visto que faz parte de uma cultura particular, cuja visão sobre o crime, a criminalidade, o criminoso e o sistema criminal lhe são colocadas de antemão. A mesma recomendação, portanto, cabe ao estudioso do fenômeno criminal: o confronto incessante do próprio ponto de vista com o de outros membros da sociedade, conhecer sociedades em que a criminalidade demonstre-se diferente, imaginar talvez sociedades viáveis, no que toca ao tema em comento, que ainda não existam.

Há ainda o princípio da emergência, que “[...] *significa que as qualidades e as propriedades que nascem da organização de um conjunto retroagem sobre esse conjunto.*” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 55). Morin trata-o como um princípio à parte. Todavia, deve-se tomar em conta que ele é extremamente parecido com o *feedback* negativo. Parece-nos muito mais que o princípio da emergência é apenas uma espécie, ao lado da retroação cibernética, do gênero conceitual que envolve a noção de que os efeitos retroagem sobre a causa.

A diferença para a retroação cibernética/*feedback* negativo é que, no princípio da emergência, a premissa capital é a de que existem qualidades do conjunto que são próprias desse conjunto enquanto tal. Ainda assim, diz o princípio que essas qualidades emergentes do conjunto retroagem sobre as partes que o compõem.

O autor exemplifica de forma emblemática:

As interações entre as individualidades autônomas, como nas sociedades animais ou mesmo nas células, visto que cada célula tem sua autonomia, produzem um todo, o qual retroage sobre as partes para elas próprias se reproduzirem. Em outras palavras, as interações entre indivíduos fazem a sociedade; de fato, a sociedade não tem um mínimo de existência sem os indivíduos vivos; se uma bomba muito limpa, como a bomba de neutrões, atingisse toda a França, todos os monumentos permaneceriam: o Elisée, a Câmara dos Deputados, o Palácio da Justiça, os Arquivos, a Educação Nacional, etc. Mas não haveria mais sociedade porque, evidentemente, os indivíduos produzem a sociedade. (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 56, grifo nosso)

3.6 Quanto ao sexto princípio, pode-se afirmar que no pensamento simplificador o estudo do objeto tendia a separá-lo completamente do meio em que se localizava (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 57). *“Era tão mais necessário isolá-lo quanto mais fosse preciso extraí-lo do meio ambiente para colocá-lo em um ambiente artificial que pudesse ser controlado, o meio da experiência, da ciência experimental.”* (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 57). Quer dizer: no fito de se apreender a realidade de dado objeto, o pensamento simplificador isolava-o, separando-o das interações que lhe davam sentido.

Todavia, qualquer conhecimento acerca de um objeto que não leve em consideração as interações desse objeto com o meio em que está inserido é apenas um conhecimento parcial. O ser vivo, por exemplo, *“é um sistema ao mesmo tempo fechado e aberto, inseparável do meio ambiente do qual ele tem necessidade para se alimentar, informar-se, desenvolver-se. É preciso, pois, não disjuntar, mas distinguir os seres do seu meio ambiente.”* (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 57, grifo nosso).

Outro desdobramento desse princípio é a disjunção realizada entre o objeto e o sujeito que o percebe e o concebe (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 58). Não era posto sob exame a influência do observador sobre o objeto observado. Contra esse posicionamento, preconiza-se a epistemologia da complexidade. Sobre isso, Morin assinala nos seguintes termos:

[...] nosso ponto de vista supõe o mundo e reconhece o sujeito. Melhor, ele coloca a ambos de maneira recíproca e inseparável: o mundo só pode aparecer como tal, isto é, como horizonte de um ecossistema de ecossistema, horizonte da *physis*, para um sujeito pensante, último desenvolvimento da complexidade auto-organizadora. Mas tal sujeito só pode aparecer ao final de um processo físico no qual se desenvolveu, através de mil etapas, sempre condicionado por um ecossistema, tornando-se cada vez mais rico e vasto o fenômeno da auto-organização. **O sujeito e o objeto aparecem assim como as duas emergências últimas inseparáveis da relação sistema auto-organizador/ecossistema**”. (MORIN, 2005, p. 39, grifo nosso)

A relação entre sujeito e objeto, portanto, além de ter que considerar os aspectos biológicos e sociais, deve também ponderar outros caracteres, em consonância com o sentido epistêmico dado por Morin, quanto à concepção aberta da relação sujeito-objeto. Indicando que o objeto deve ser concebido em seu ecossistema e mais amplamente num mundo aberto e num metassistema, uma teoria na qual sujeito e objeto poderiam integrar-se um ao outro. A noção de sujeito só toma sentido num ecossistema (natural, social, familiar, etc.) e deve ser igualmente integrada num metassistema. (MORIN, 2005, p. 47-48).

Este problema apresenta-se de forma ainda mais profunda para o sociólogo, antropólogo, criminólogo ou qualquer outro sujeito que se preste aos estudos sociais. Qual é o

lugar que cabe ao pesquisador nesse sistema do qual faz parte? (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 59).

Ora, qual é a postura a ser tomada pelo criminólogo ao estudar o crime, o criminoso, o sistema criminal e a criminalidade posto que está inserido no seu próprio objeto de pesquisa? Frente a essas colocações da complexidade, parece evidente dizer o mínimo.

Em primeiro lugar, impossível sustentar a disjunção entre o crime, a criminalidade, o criminoso e o sistema criminal. Fazer isso é recair no equívoco do pensamento simplificador, visto que são todos elementos conectados e que interagem entre si, influenciando e sendo influenciados. Nesse ponto, embora seja interessante distingui-los, não há como delimitar um ou outro como objeto de investigação único. A própria palavra “objeto”, como já visto, é perfeitamente substituível pelo termo “sistema”. E é assim, em um primeiro momento, que deve ser encarada a orientação epistemológica do criminólogo.

Em segundo lugar, o cuidado que o estudioso deve ter, de forma mais efetiva possível: a consciência de si. Saber que o próprio ponto de vista será sempre parcial e limitado. Que, ao analisar determinado objeto, estará inevitavelmente o influenciando, de modo que o objeto observado já não será mais o mesmo de antes.

3.7 Fundando a própria cientificidade nas ciências naturais, as ciências humanas e sociais tornaram impossível a concepção do ser, da existência e da autonomia (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 60). *“No conhecimento simplificador, as noções de ser e de existência eram totalmente eliminadas pela formalização e pela quantificação.”* (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 59).

Essas noções podem ser reintroduzidas, segundo Morin (2000, p. 59), através da noção de autoprodução - ou auto-organização-, que é indissociável da ideia de recursão organizacional.

A auto-organização está muito além das possibilidades atuais de apreensão através da cibernética, da teoria dos sistemas, da teoria da informação, ou até mesmo do próprio conceito de organização (MORIN, 2005, p. 29-30). Há alguns aspectos da organização viva, isto é, da auto-organização, que a diferenciam de todo o resto. O conceito surge a partir das reflexões geniais de John von Neumann a respeito dos autômatos auto-reprodutores (*self-reproducing automata*) (NEUMANN, 1966 apud MORIN, 2005, p. 30).

Com efeito, em que pese não se possa falar em uma teoria, existem posições iniciais para se falar em auto-organização. Em primeiro lugar, *“Schrodinger põe em relevo desde 1945 o paradoxo da organização viva, que não parece obedecer ao segundo princípio da*

termodinâmica.” (MORIN, 2005, p. 31). Ainda, von Neumann manifesta o paradoxo entre a máquina viva (auto-organizadora) e a máquina artefato (simplesmente organizada) (MORIN, 2005, p. 31).

Na máquina artefato, seus componentes por si só são extremamente confiáveis, mas seu conjunto é precário. “[...] *basta uma alteração num de seus constituintes para que o conjunto pare, entre em pane, e só possa ser reparado com intervenção externa (o mecânico).*” (MORIN, 2005, p. 31).

De outro modo, na máquina viva (auto-organizada) os componentes que a integram por si só são pouco confiáveis. As células e as moléculas, por exemplo, degradam-se muito facilmente. O conjunto que estes componentes formam, todavia, é muito confiável, uma vez que, mesmo que todos os componentes renovem-se, o todo permanecerá o mesmo (MORIN, 2005, p. 31). “[...] *observa-se que num organismo as moléculas, como as células, morrem e se renovam, a tal ponto que um organismo resta idêntico a ele mesmo ainda que todos os seus constituintes se renovem.*” (MORIN, 2005, p. 31).

Muito importante a percepção de que, na máquina artefato, exige-se a intervenção de um terceiro para que a organização - e, com ela, a estrutura e a função - perpetue-se. Para que uma televisão estragada, em virtude da falha de qualquer um de seus elementos, volte a funcionar, deve um técnico diagnosticar esse problema e arrumá-lo.

Na máquina viva não há necessidade de intervenção alheia. Os exemplos são bem evidentes. Uma planta não precisa *necessariamente* de alguém que a cuide para sobreviver. Tampouco os animais. E muito menos o ser humano. Nada obstante, importante ressaltar que a máquina viva não é totalmente independente. Ela detém autonomia relativa. E não poderia ser diferente, uma vez que são todos sistemas abertos e fechados ao mesmo tempo. Então, ainda que possuam autonomia, também possuem necessidade de comunicação e interação com o ecossistema e o metassistema de uma forma geral.

Não há como afirmar que a máquina viva basta por si própria. Só cabe, aqui, a análise - que deveria ser óbvia - de que uma planta, um animal ou o ser humano (variando-se o nível de complexidade de maneira crescente e nesta ordem) são entidades dotadas de maior autonomia que uma televisão.

A recursão organizacional corresponde ao processo em que os “[...] *produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz.*” (MORIN, 2005, p. 74). Não destoa, portanto, da crítica implementada contra a causalidade linear. A relação estabelecida por Morin entre a ideia de auto-organização e de recursão organizacional traduz-se na afirmação de que “[...] *A idéia recursiva é, pois, uma idéia em ruptura com a idéia*

linear de causa/efeito, de produto/produtor, de estrutura/superestrutura, já que tudo o que é produzido volta-se sobre o que o produz num ciclo ele mesmo autoconstitutivo, auto-organizador e autoprodutor". (MORIN, 2005, p. 74, *sic*).

Todo esse percalço, passando pelas noções de auto-produção e recursão organizacional, serve para reintroduzir as noções de ser, de existência e de autonomia no seio das ciências não-cartesianas. A assimilação desses conceitos prepara o cientista para saber, antecipadamente, que alguns seres não podem ser comparados a uma máquina trivial, cujos movimentos podem ser previstos com certeza absoluta.

Parece-nos, mais um vez, que esse cuidado deve ser redobrado no que condiz aos comportamentos desviantes. O crime é, via de regra, a manifestação exemplar de como não é possível antever - e sequer controlar - certos assuntos relativos à conduta humana.

3.8 Por fim, o “[...] *conhecimento simplificador baseia-se na confiança absoluta da lógica para estabelecer a verdade intrínseca das teorias, uma vez que elas estão fundadas empiricamente nos procedimentos de verificação*”. (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 60.). Bom, e qual é inevitavelmente o problema disso?

O problema é a contradição das premissas e a limitação da lógica. Para Morin, “*O verdadeiro problema é que a própria lógica nos conduz a momentos aporéticos, os quais podem ou não ser ultrapassados*.” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 61).

Kurt Godel demonstrou enfaticamente as limitações da lógica no seio de sistemas formalizados complexos. Para ele, “*O sistema só pode encontrar seus instrumentos de verificação dentro de um sistema mais rico ou de um metassistema*.” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 60). Alfred Tarski disse a mesma coisa sobre os sistemas semânticos (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 60).

O problema consiste no fato de que esses metassistemas, ainda que mais ricos, também comportarão uma brecha e assim sucessivamente (MORIN, LE MOIGNE, 2000, p. 60). Justamente por isso, impossível sustentar a ideia de uma “*ciência absoluta e absolutamente certa*.” (MORIN, LE MOIGNE, 2000, p. 60).

Sobre o tema, Morin afirma categoricamente (2005, p. 76):

Não podemos jamais atingir o metassistema, ou seja, o sistema superior que seria meta-humano e metassocial. Mesmo que pudéssemos alcançá-lo, não seria um sistema absoluto, porque a lógica de Tarski, assim como o teorema de Godel, nos diz que nenhum sistema é capaz de se auto-explicar totalmente nem de se autodemonstrar totalmente. Dito de outro modo, qualquer sistema de pensamento é aberto e comporta uma brecha, uma lacuna em sua própria abertura.

Karl Popper e Thomas Kuhn já haviam retratado, cada um à sua maneira, que a propriedade de uma teoria científica é ser biodegradável (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 60).

As contradições representam exatamente essas brechas na lógica de um sistema. O contraditório já é um problema antigo. Heráclito, Hegel, Marx, entre outros tantos, abordaram a contradição e o antagonismo (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 61).

Para o pensamento complexo, o ponto principal é “[...] *saber se o aparecimento de uma contradição é sinal de erro, ou seja, se é preciso abandonar o caminho que para aí conduz ou se, ao contrário, ele nos revela superfícies profundas ou desconhecidas da realidade.*” (MORIN, LE MOIGNE, 2000, p. 61).

A própria questão da ordem e da desordem é um exemplo de elementos contraditórios no seio de um sistema. Uma afasta a outra, ao mesmo tempo que a exige (MORIN, 2005, p. 73-74). A respeito dessa relação, bem como do tema da contradição, Morin assinala o seguinte (2005, p. 73-74):

O que digo a respeito da ordem e da desordem pode ser concebido em **termos dialógicos**. A ordem e a desordem são inimigos: um suprime o outro, mas ao mesmo tempo, em certos casos, eles colaboram e produzem organização e complexidade. O princípio dialógico nos permite manter a **dualidade no seio da unidade**. Ele associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos. (grifo nosso)

Para arrematar o assunto, não há melhores palavras que as utilizadas por Edgar Morin (2005, p. 205):

A caminhada consiste, ao contrário, em fazer um ir e vir incessante entre certezas e incertezas, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável. Do mesmo modo, utilizamos a lógica clássica e os princípios de identidade, não-contradição, de dedução, de indução, mas conhecemos seus limites, sabemos que em certos casos é preciso transgredi-los. Não se trata, portanto, de abandonar os princípios da ciência clássica - ordem, separabilidade e lógica -, mas de integrá-los num esquema que é, ao mesmo tempo, largo e mais rico.

Em todo o contexto que envolve o fenômeno criminal, o que esse princípio nos sugere é o de tomar cuidado com os sistemas lógicos fechados, como o é, sem entrar no mérito, por exemplo, a teoria do delito. Muito mais que isso, a recomendação é a de saber lidar com a contradição. Saber que, em algum momento, o sistema vai apresentar uma brecha. Saber se essa brecha revela um antagonismo insustentável, que desestabiliza o sistema como um todo, ou se ela revela camadas mais profundas do conhecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para quem busca abordar a problemática criminal, a resposta não é e nem pode ser simples. O problema não é de hoje. Infinitas histórias semelhantes às de Marcos e Isabella podem ser contadas, ainda que reconheçamos o caráter inominavelmente trágico de cada uma delas. Seria o caso de se conformar com a tragédia? Ou devemos assumir nossa responsabilidade de evitá-la no que for possível?

O presente trabalho não busca fornecer respostas a essas perguntas. Procuramos, contudo, apresentar um ponto de partida para a análise do problema, demonstrar que a aplicação da epistemologia da complexidade à criminologia é possível – não, contudo, realizar esta aplicação. Ponto de partida este que deve muito aos pensamentos de autores tão brilhantes como Gaston Bachelard, Edgar Morin, Jean-Louis Le Moigne, Salo de Carvalho, entre outros tantos.

A complexidade deve ser posta relevo. Não existem fenômenos simples, apenas simplificados. A apreensão de determinado objeto ou sistema, para que seja responsável, deve levar em consideração, o máximo que puder, todas as variáveis, sabendo, todavia, que é impossível enumerá-las todas.

Deve igualmente compreender a ordem, a sistematicidade, as interações, retroações, a emergência do conjunto, a parcialidade do observador, a irreversibilidade e politemporalidade do tempo, as limitações da lógica, as relações do objeto com o meio ambiente, bem como também a desordem, a incerteza, a ambiguidade, a contradição.

É através da relação de complementaridade e antagonismo desses elementos que o estudioso do fenômeno criminal poderá aprimorar a técnica de investigação.

O estudo dos instrumentos de análise deve anteceder a própria análise. Só a partir da confiança nesses instrumentos é que o investigador poderá refinar suas conclusões.

Foi esse o objetivo que perseguimos durante toda esta pesquisa.

Pode ser que não se possa ainda fornecer respostas a Marcos e Isabella, mas sabemos que, para que um dia isso ocorra, o caminho consiste em, primeiramente, compreender. Compreender esses fatos trágicos e extremamente complexos. E essa compreensão não é possível sem um método cognoscitivo, isto é, uma epistemologia. Uma epistemologia complexa. Uma epistemologia da complexidade.

Mas afinal, o que seria uma epistemologia complexa?

É não mais a existência de uma instância soberana, o epistemólogo que controla de maneira irredutível e irremediável todo o saber. Não existe trono soberano, mas uma pluralidade de instâncias. Cada uma dessas instâncias é decisiva; cada uma delas é insuficiente. Cada uma dessas instâncias comporta seu princípio de incerteza. (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 68)

É preciso falar sobre as instâncias do saber criminológico. Da decisibilidade a elas inerente, das suas insuficiências e suas incertezas. O conhecimento sobre o crime, a criminalidade, o criminoso, o sistema punitivo e as violências institucionais está inevitavelmente atrelado à necessidade de compreensão do conhecimento em si. Nesta seara revela-se crucial a abordagem complexa, frente ao caráter indescritivelmente complexo do fenômeno criminal como um todo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Vera Malaguti. **Criminologia e Política Criminal**. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, julho/dezembro 2009, p. 20-39. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337327171003>> Acesso em: 25 de outubro de 2018.

BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. 1084. ed. Frankfurt: Assírio & Alvim, 2010

CERETTI, Adolfo. **El horizonte artificial: problemas epistemológicos de la criminología**. Tradução do italiano por Sílvia Alejandra Biuso. Buenos Aires: IBdeF, 2008, p. 135.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. **Abordagens em epistemologia: Bachelard, Morin e a epistemologia da complexidade**. Transformação, Campinas, Vol. 17, n. 2, p. 101-109, maio-ago, 2005.

GAUER, Ruth. **Interdisciplinaridade e Ciências Criminais**. In: FAYET JR., Ney. Ensaio Penais em Homenagem ao Professor Alberto Rufino Rodrigues de Souza. POA: Lenz, 2003.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1986.

JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

JÚNIOR, João Farias. **Manual de criminologia**. 3 ed. Curitiba: Jurua, 2001.

MORIN, EDGAR. **A Epistemologia da Complexidade**. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, Cultura e Subjetividade*; trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b. p. 274-289

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. Tradução Nurimar Maria Falci. - São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. 2.ed. Portugal: Europa-América, 1996a.

NEUMANN, Jhon von. **Theory of Self-Reproducing Automata**, 1966, University of Illinois Press. Urbana.

SAFATLE, Vladimir. **Introdução a Jacques Lacan**. 1. ed. [S.l.]: Autêntica Editora, 2017

SOARES, Marina Quezado. **Introdução à Criminologia Global: superando a crise da Criminologia Crítica**. Revista Publicum, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2017, p. 190-208. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum/article/view/28920>> Acesso em: 23 de outubro de 2018.